

CLIPPING IMPRESSO 15/01/2013



INDICE

1.	JORNAL A TARDE	
	1.1. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
2.	JORNAL ATOS E FATOS	
	2.1. JUÍZES	3
3.	JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
	3.1. JUÍZES	
	3.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
4.	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
	4.1. DECISÕES	
	4.2. DESEMBARGADORES	
	4.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
5.	JORNAL EXTRA	
	5.1. JUÍZES 9	
6.	JORNAL O DEBATE	
	6.1. SEM ASSUNTO	
7.	JORNAL O IMPARCIAL	
	7.1. EXECUÇÕES PENAIS	14
	7.2. JUÍZES	
8.	JORNAL O QUARTO PODER	
	8.1. JUÍZES	
9.	JORNAL PEQUENO	
	9.1. COMARCAS	
	9.2. CORREIÇÕES	
	9.3. JUÍZES	20
	9.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	



15/01/2013 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 34 (17 x 2 col)

DIRETORIA GERAL DO TJMA ANALISA MAIS DE 10 MIL PROCESSOS

Diretoria Geral do TJMA analisa mais de 10 mil processos

Sumaya Heluy destaca o empenho da equipe da Diretoria Geral



A Diretoria Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão analisou, entre os meses de janeiro e novembro de 2012, mais de 10 mil processos, atuando ainda em mais de 30 remoções e promoções de magistrados e na elaboração de cerca de 1.650 Atos da Presidência do TJMA.

No mesmo ano, o setor editou também 42 Resoluções que regulamentam matérias de interesse do Judiciário.

Entre os documentos editados destacam-se Resoluções que concederam benefícios e aumentos aos servidores e magistrados e de adoção de medidas de otimização da prestação jurisdicional.

"Fizemos também a aná-

lise de pedidos de promoções, remoções e permutas de magistrados e servidores; projetos de lei encaminhados ao Legislativo Estadual e alterações de dispositivos legais", explica a diretora do TJMA, Sumaya Heluy.

O setor - que administra as atividades diretamente ligadas à Presidência do TJMA e assuntos de apreciação do Plenário - respondeu pelas 23 sessões plenárias administrativas, com duas extraordinárias, em 2012.

De acordo com Sumaya Heluy, a avaliação do trabalho desenvolvido pelo setor em 2012 é positiva. "Houve empenho e compromisso de toda equipe no cumprimento das metas de trabalho", afirma a diretora geral.



15/01/2013 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 9 (3 x 3 col)

JUÍZA INSPECIONA DELEGACIAS DE ROSÁRIO E BACABEIRA

Juíza inspeciona delegacias de Rosário e Bacabeira

PÁGINA 3



15/01/2013 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 36 (9 x 4 col)

JUÍZA INSPECIONA DELEGACIAS DE ROSÁRIO E BACABEIRA

Juíza inspeciona delegacias DE ROSÁRIO E BACABEIRA

Em inspeção de rotina, a juíza titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, Rosângela Prazeres, esteve na manhã de ontem (14), nas Delegacias de Bacabeira e Rosário. Mais uma vez, constatou a precariedade das instalações da Delegacia de Bacabeira e péssimas condições de higiene a que estão submetidos os presos da Região do Munim.

Na Delegacia de Bacabei-

ra, existem duas celas destinadas aos homens e uma para as mulheres. Lá, no total, há 11 presos atualmente.

Durante a inspeção, a juíza tomou conhecimento de que a presa de Justiça da Comarca de São Luis, já condenada e que fora transferida desde 2012 para a Delegacia de Bacabeira por medida de segurança, apresentava muitas dores no corpo e se queixava de não conseguir sequer

andar ou ingerir qualquer tipo de comida. De imediato, a juíza Rosângela Prazeres determinou que a presa fosse levada ao Hospital Socorrão Il para consulta e internação.

ROSÁRIO - A Delegacia Regional de Rosário, por sua vez, mantém, atualmente, 43 presos, provisórios e definitivos, sendo que 80% são de outras comarcas, como Barreirinhas, Icatu, Humberto de Campos, Presidente Jucelino e Santa Rita.

Nas duas visitas, a juíza Rosângela Prazeres conversou com os presos, ouvindo suas reclamações, computando o tempo de prisão de cada um para análise de eventual benefício e ao final, se reuniu com o delegado Davi Fuller para corrigir o horário de visitas e discutir sobre as providências a serem adotadas para melhorar as condições de higiene dos presos.



1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 8 POSITIVA - CM.: 60 (15 x 4 col) JUÍZA VISITA DELEGACIAS DE ROSÁRIO E BACABEIRA

Juíza visita delegacias de Rosário e Bacabeira

Em inspeção de rotina, a juíza titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, Rosângela Prazeres, esteve na manhã de ontem, segunda-feira (14), nas Delegacias de Bacabeira e Rosário. Mais uma vez, constatou a precariedade das instalações da Delegacia de Bacabeira e péssimas condições de higiene a que estão submetidos os presos da Região do Munim. Na Delegacia de Bacabeira, existem duas celas destinadas aos homens e uma para as mulheres. Lá, no total, há 11 presos atualmente.

Durante a inspeção, a juíza tomou conhecimento de que a presa de Justiça da Comarca de São Luis, já condenada e que fora transferida desde 2012 para a Delegacia de Bacabeira por medida de segurança, apresentava muitas dores no corpo e se queixava de não conseguir sequer andar ou ingerir qualquer tipo de comida. De imediato, a juíza Rosângela Prazeres determinou que a presa fosse levada ao Hospital Socorrão II para consulta e internação.

Rosário - A Delegacia Regional de Rosário, por sua vez, mantém, atualmente, 43 presos, provisórios e definitivos, sendo que 80% são de outras comarcas, como Barreirinhas, Icatu, Humberto de Campos, Presidente Jucelino e Santa Rita.

Nas duas visitas, a juíza Rosângela Prazeres conversou com os presos, ouvindo suas



Nas duas visitas, a juíza Rosângela Prazeres conversou com os presos

reclamações, computando o tempo de prisão de cada um para análise de eventual benefício e ao final, se reuniu com o delegado Davi Fuller para corrigir o horário de visitas e discutir sobre as providências a serem adotadas para melhorar as condições de higiene dos presos. TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - UNIDADES ADMINISTRATIVAS 15/01/2013 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3

POSITIVA - CM.: 26 (13 x 2 col)

DIRETORIA GERAL DO TJ ANALISA MAIS DE 10 MIL PROCESSOS NO MA

Diretoria Geral do TJ analisa mais de 10 mil processos no MA

A Diretoria Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão analisou, entre os meses de janeiro e novembro de 2012, mais de 10 mil, atuando ainda em mais de 30 remoções e promoções de magistrados e na elaboração de cerca de 1.650 Atos da Presidência do TJMA.

No mesmo ano, o setor editou também 42 Resoluções que regulamentam matérias de interesse do Judiciário.

Entre os documentos editados destacam-se Resoluções que concederam benefícios e aumentos aos servidores e magistrados e de adoção de medidas de otimização da prestação jurisdicional.

"Fizemos também a análise de pedidos de promoções, remoções e permutas de magistrados e servidores; projetos de lei encaminhados ao Legislativo Estadual e alterações de dispositivos legais", explica a diretora do TJMA, Sumaya Heluy.

O setor - que administra as atividades diretamente ligadas à Presidência do TJMA e assuntos de apreciação do Plenário - respondeu pelas 23 sessões plenárias administrativas, com duas extraordinárias, em 2012.

De acordo com Sumaya Heluy, a avaliação do trabalho desenvolvido pelo setor em 2012 é positiva. "Houve empenho e compromisso de toda equipe no cumprimento das metas de trabalho", afirma a diretora geral.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DECISÕES 15/01/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - POLITICA - ESTADO MAIOR - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 5 (5 x 1 col) PRODUÇÃO

Produção

O Tribunal de Justiça analisou no ano passado mais de 10 mil processos, determinou 30 remoções e promoções de magistrados e editou 1.650 Atos da Presidência do TJ.

Editou também 42 Resoluções que regulamentam matérias de interesse do Judiciário.

Entre os documentos, Resoluções que concederam benefícios salariais aos servidores e magistrados. TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 15/01/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - GERAL - PAG.: 5 POSITIVA - CM.: 68 (34 x 2 col)

AMMA QUER O FORTALECIMENTO DO JUDICIÁRIO

Amma quer o fortalecimento do Judiciário

Ao tomar posse na presidência da Associação dos Magistrados, Gervásio Santos anunciou planos de sua gestão

Firmar parceria institucional para o fortalecimento do Judiciário será um dos pilares da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) na atual gestão. A garantia foi dada pelo presidente Gervásio Santos, ao tomar posse na última sexta-feira (11) em solenidade realizada no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Gervásio Santos assume a presidência em substituição ao juiz Brígido Lages, que dirigiu a entidade no biênio 2011/2012.

A Amma reuniu na posse dos seus novos dirigentes presidentes e representantes de associações de magistrados de 10 estados brasileiros, além do ex-presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), juiz Rodrigo Collaço. Também marcaram presença membros dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, do Ministério Público, advogados, defensores públicos e representantes de diversos segmentos da sociedade.

O novo presidente garantiu que a Amma pretende priorizar uma agenda conjunta e positiva com o Tribunal e a Corregedoria Geral de Justiça, de modo que a palavra de ordem nesse campo será a parceria. Ele disse reconhecer o esforço da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) - da atual e da anterior - de dotar a magistratura maranhense de condições adequadas de trabalho e que o fórum de São Luís é um exemplo palpável desse esforço. "Tratase de um dos melhores fóruns do país, sem luxo, mas corretamente funcional", destacou.

Gervásio Santos lembrou que nos últimos 10 anos o Judiciário do Maranhão deu um salto institucional em todos os sentidos. "Qualquer um que se debruçar sobre a história deste período não poderá deixar de reconhecer a força dialética exercida pela Amma", afirmou. Ele ressaltou, ainda, que embora tenha sido crítica contumaz de velhas e ultrapassadas práticas, a entidade deve evoluir para se posicionar como parceira das inovadoras condutas que exaltam o espírito republicano.

Revitalização - O novo presidente destacou, também, como metas, a revitalização política da Amma, a luta pela melhoria da segurança pessoal dos magistrados, a defesa na transparência e agilidade na movimentação da carreira, com a observância das normas regimentais; a reivindicação da implantação dos beneficios remuneratórios já assegurados ao Ministério Público e aos magistrados de outros estados da federação e a adoção de iniciativas para a valorização da magistratura

O discurso de Gervásio Santos foi em tom de reflexão sobre o papel do associativismo no âmbito da magistratura e os seus desafios atuais. Segundo ele, o Judiciário vivencia um paradoxo, pois enquanto o STF, na pessoa do ministro Joaquim Barbosa, encarna perante a opinião púbica a figura do magistrado independente e que não tergiversa em aplicar a lei, os juízes de 1º grau, desembargadores e os ministros dos demais tribunais experimentam um profundo processo de desvalorização

O retorno de Gervásio Santos a presidência da Amma foi destacado por lideranças associativas de vários estados. O ex-presidente da AMB, juiz Rodrigo Collaço, avaliou como importante que a Amma tenha à frente um líder como Gervásio. "Fico satisfeito que a magistratura do Maranhão tenha optado por reconduzi-lo à Amma. Com certeza ele dará uma grande contribuição à magistratura do Estado e do Brasil".



Presidente Gervásio Santos quer a revitalização política da Amma

15/01/2013 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO

2º CADERNO (CIDADES) - GERAL - PAG.: 5

POSITIVA - CM.: 32 (16 x 2 col)

JUDICIÁRIO FISCALIZOU MAIS DE 230 CARTÓRIOS DO ESTADO EM 2012

Judiciário fiscalizou mais de 230 cartórios do Estado em 2012

Valor alcançado na apuração foi superior a R\$ 350 mil, de acordo com dados do FERJ

A fiscalização nas serventias extrajudiciais pelo Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ) atingiu 233 cartórios maranhenses, em 2012.

O valor alcançado na apuração foi de R\$ 351.921,64, referente aos processos de anos base 2010 e 2011, do FERJ e do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (FERC).

O ano de 2012 foi o primeiro em que ocorreu a fiscalização do Fundo de Compensação nas serventias extrajudiciais que não estão na Região Metropolitana de São Luís.

Com a cobrança monetária dos selos de fiscalização extrajudiciais - exceto os de uso gratuito - foram recolhidos aos cofres públicos R\$ 955.860,72 até novembro de 2012. Isto contribuiu para minimizar os custos do Tribunal de Justiça (TJMA) com despesas de fabricação e distribuição de selos.

FERC

Em 2012, os registradores civis passaram a receber a quantia de R\$ 11,25 por ato gratuito, como forma de compensar os atos praticados. A média de repasse mensal aos registradores civis foi de R\$ 153.893,05 durante 2012.

Desde março de 2012, o FERJ ficou responsável pela cobrança e análise dos balancetes dos interinos do Estado do Maranhão, por determinação da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ).

Ao todo, 99 serventias extrajudiciais interinas são obrigadas a enviar balancetes mensais, por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os valores repassados pelos interinos foram de R\$ 174.461,35 até o balancete de outubro de 2012.

A diretoria do FERJ verificou por meio do sistema Siaferj-Web que havia 120 unidades judiciais com 757 selos onerosos em atraso. Após trabalho intenso, o FERJ conseguiu reduzir as pendências para 42 secretarias e 255 selos judiciais. O valor recuperado foi de R\$ 11.722,50.



1º CADERNO - HORA EXTRA - PAG.: 5
POSITIVA - CM.: 22 (11 x 2 col)
JUÍZA INSPECIONA DELEGACIAS DE ROSÁRIO E BACABEIRA

Juíza inspeciona delegacias de Rosário e Bacabeira

Em inspeção de rotina, a juíza titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, Rosângela Prazeres, esteve na manhã desta segunda-feira (14), nas Delegacias de Bacabeira e Rosário. Mais uma vez, constatou a precariedade das instalações da Delegacia de Bacabeira e péssimas condições de higiene a que estão submetidos os presos da região do Munim.

Na Delegacia de Bacabeira, existem duas celas destinadas aos homens e uma para as mulheres. Lá, no total, há 11 presos atualmente.

Durante a inspeção, a juíza tomou conhecimento de que a presa de Justiça da Comarca de São Luís, já condenada e que fora transferida desde 2012 para a Delegacia de Bacabeira por medida de segurança, apresentava muitas dores no corpo e se queixava de não conseguir sequer

andar ou ingerir qualquer tipo de comida. De imediato, a juíza Rosângela Prazeres determinou que a presa fosse levada ao Hospital Socorrão II para consulta e internação.

Rosário – A Delegacia Regional de Rosário, por sua vez, mantém, atualmente, 43 presos, provisórios e definitivos, sendo que 80% são de outras comarcas, como Barreirinhas, Icatu, Humberto de Campos, Presidente Jucelino e Santa Rita.

Nas duas visitas, a juíza Rosângela Prazeres conversou com os presos, ouvindo suas reclamações, computando o tempo de prisão de cada um para análise de eventual benefício e ao final, se reuniu com o delegado Davi Fuller para corrigir o horário de visitas e discutir sobre as providências a serem adotadas para melhorar as condições de higiene dos presos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA 15/01/2013 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3 NEUTRA - CM.: 72 (18 x 4 col)

AÇÕES BUSCARAM TRANSIÇÃO MAIS TRANSPARENTE EM MUNICÍPIOS MARANHENSES

MPMA

Ações buscaram transição mais transparente em municípios maranhenses

Ações do Ministério Público do Maranhão em todo o estado, após o período eleitoral de 2012, garantiram uma transição de poder mais transparente, evitando maiores prejuízos para a população, sobretudo naqueles municípios em que o gestor ou membro de seu grupo político não foi reeleito.

Em algumas comarcas, a Justiça, atendendo a pedidos do MPMA, bloqueou as contas das prefeituras para regularizar o pagamento dos salários dos servidores, alguns com até dois meses de atraso. Exemplo disso foram os municípios de Turiaçu, Monção, Coroatá e João Lisboa, que tiveram parte de seus recursos bloqueados nos últimos dias do mês de dezembro.

No mês de novembro, ou-

tras decisões judiciais com a mesma finalidade já tinham sido adotadas, como as que beneficiaram os servidores municipais de Santa Luzia, Alto Alegre do Pindaré, Vitorino Freire, Estreito e Timon.

Os procedimentos do Ministério Público também tiveram o objetivo de assegurar a oferta de serviços públicos básicos, que se encontravam paralisados ou funcionando de forma precária, principalmente os das áreas de saúde, como em Balsas e Santa Rita, e coleta de lixo, em Chapadinha e Olho d'Água das Cunhãs.

RECOMENDAÇÃO - A Recomendação expedida pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, aos promotores de justiça de todo o Maranhão, no dia 30 de outubro, serviu para estimular algumas dessas ações. No documento, foram sugeridas "medidas de fiscalização e proteção do patrimônio público a serem encaminhadas aos prefeitos, visando assegurar transição política transparente e em conformidade com os dispositivos legais".

Entre os itens constantes da Recomendação, estava a instituição de equipe de transição, formada por membros da gestão anterior e da atual, com o objetivo de elaborar e executar um plano de transição e fornecer aos novos gestores os dados administrativos e financeiros do município.

O texto recomendatório detalhava as informações que deveriam ser repassadas pelos prefeitos que deixavam os cargos aos seus sucessores: relação das dívidas do Município por credor, com as datas dos respectivos vencimentos; medidas necessárias à regularização das contas municipais junto aos Tribunais de Contas do Estado e da União, referentes a processos que se encontravam pendentes, se fosse o caso; situação dos contratos com empresas concessionárias de serviços públicos; relação dos contratos para execução de obras já em andamento ou apenas formalizados, informando o que foi realizado e pago, bem como o que havia a ser realizado e pago; transferências a serem recebidas da União e do Estado, referentes a convênios; relação dos servidores municipais efetivos e comissionados com as respectivas lotações e remunerações.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - EXECUÇÕES PENAIS 15/01/2013 - JORNAL O IMPARCIAL 2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: CAPA NEUTRA - CM.: 5 (5 x 1 col)

HOMICIDA VOLTA ÀS DEPÊNDENCIAS DO NINA RODRIGUES

SEGURANÇA

HOMICIDA VOLTA ÀS DEPENDÊNCIAS DO NINA RODRIGUES

Reginaldo Silva de Sousa está na ala de segurança do hospital, mas os funcionários pedem que ele seja transferido para presídio. URBANO 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - EXECUÇÕES PENAIS 15/01/2013 - JORNAL O IMPARCIAL 2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 2

NEUTRA - CM.: 264 (44 x 6 col)

HOMICIDA VOLTA ÀS DEPÊNDENCIAS DO NINA RODRIGUES

SAÚDE

Reféns do medo

Após render funcionários e fugir no mês de novembro, o homicida Reginaldo Silva de Sousa foi encaminhado novamente para o Hospital Nina Rodrigues

SANDRA VIANA

homicida Reginaldo Silva de Sousa, de 28 anos, retornou ao Hospital Nina Rodrigues, para a ala reservada aos presos de justiça que passam por tratamento psiquiátrico. Ele é um dos três presos que fugiram do hospital em 25 de novembro passado. Na ocasião da fuga, o trio se armou com chuços e rendeu funcionários. Uma enfermeira estava entre os reféns, mas, apesar do caso, ela permanece trabalhando na ala. A surpresa foi ter chegado ao trabalho no último fim de semana e ter se deparado com o fugitivo que a ameaçou. Os funcionários pedem aumento no efetivo da segurança e a transferência do detento ao presídio.

A ala abriga atualmente 18 presos de justiça que são atendidos por uma equipe de quatro profissionais em cada turno. São dois técnicos em enfermagem, um enfermeiro e um apoio. Na segurança, dois guardas enviados pela Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) munidos com detector de metal e cacetete. Para os funcionários, armamento que não intimidam os presos e não evitará novas fugas. A reportagem conversou com um dos profissionais plantonistas da ala. O funcionário reconhece a insegurança e o risco que é lidar com os detentos. "Aqui nós somos médicos, enfermeiros, segurança, fazemos tudo aqui, até revistamos", disse.

A rotina dos presos em tratamento começa às 8h com avaliação médica. Todos são encaminhados ao consultório e após a consulta recebem a medicação. Em seguida, são levados em grupos de cinco ao banho de sol, cuja duração aproximada de 40 minutos.

Por volta das 11h retornam ao alojamento, cada um a seu leito. Em todo o processo os presos ficam em contato direto com funcionários e quem chega à ala ou a proximidades do setor. Na ala há apenas um portão que separa esta da área externa do hospital. Funcionários ficam expostos aos detentos na parte interna, ou seja, se houver motim ou alguma desavença, eles podem facilmente ser feitos reféns, a exemplo do ocorrido na última fuga.

Segundo funcionário que conversou com a equipe, pode ocorrer outra fuga.
"Ele [Reginaldo] já fez uma vez e viu as brechas. Quando ele pegar a mesma equipe pode tentar outra vez", disse. O detento citado está na mesma ala, lidando com o mesmo grupo de funcionários e seguranças e desfrutando os mesmos benefícios dos demais. "O cara é homicida, já fugiu, então acho que ele não deveria estar aqui. Deveria voltar à detenção ou sofrer alguma perda de direitos", observou.

Outro ponto observado por ele é a relação dos presos com os seguranças. Dada a convivência, a rotina de submetê-los ao detector de metais já não é cumprida. A reportagem observou que, no horário marcado para almoço, os detentos retornaram à ala sem serem revistados. Segundo o funcionário, a revista é praxe. Ocorre pela manhã quando saem para o banho de sol, trabalho que é feito pela própria equipe de enfermeiros e técnicos; e após o recolhimento de volta à ala. "Os guardas teriam que usar o detector, pois, uma vez fora da ala, o preso pode lançar mão de algum objeto que pode ser transformado em arma", justificou.



O cara é homicida, já fugiu, então acho que ele não deveria estar aqui. Deveria voltar à detenção ou sofrer alguma perda de direitos

funcionário do Nina Rodrigues,

sobre permanência de detento homicida na unidade

18

presos de justiça no Hospital Nina Rodrigues

30

pessoas é a capacidade da ala para detentos no hospital



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - EXECUÇÕES PENAIS 15/01/2013 - JORNAL O IMPARCIAL 2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 2

NEUTRA - CM.: 264 (44 x 6 col)

HOMICIDA VOLTA ÀS DEPÊNDENCIAS DO NINA RODRIGUES



Quatro profissionais de saúde, em cada turno, fazem o atendimento da ala com presos de justiça no Hospital Nina Rodrigues. Atualmente são 18 presos de justiça na unidade de saúde

SAIBA MAIS

Tratamento

A segurança na ala é terceirizada e desarmada. São permitidas apenas armas de efeito moral, como os cacetetes, por não ser ali unidade prisional, mas de tratamento. Quem chega à unidade para internação mantém contato direto com funcionários e possui liberdade para circular na ala em que é acolhido e no hospital. Quem chegar à procura de internação é acolhido, seja presos de Justica ou não. Diariamente chegam pelo menos dois novos detentos à ala, que possui capacidade para 30 pessoas. Os detentos são submetidos a exames se considerados com problemas psiquiátricos permanecem na unidade em tratamento. Reginaldo está no hospital por mandado de segurança, o que implica em decisão judicial seu tempo de permanência na casa ou até que determine o tratamento. O Hospital Nina Rodrigues é o único do estado a receber qualquer tipo de paciente com indícios de problemas psiquiátricos e submetêlos a exame e tratamento, se for o caso. As clínicas que funcionam na capital só recebem aqueles diagnosticados com tais problemas, mas rejeitam presos de justiça dada a estrutura não adaptada para acolher este grupo.

norou eue a res vitimas de violencia, além dos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - EXECUÇÕES PENAIS 15/01/2013 - JORNAL O IMPARCIAL 2º CADERNO (URBANO) - URBANO - PAG.: 2

NEUTRA - CM.: 264 (44 x 6 col) HOMICIDA VOLTA ÀS DEPÊNDENCIAS DO NINA RODRIGUES



Rui Dias afirma que a internação dos pacientes presos é uma medida de segurança encaminhada pela Justiça

Segurança supre demanda, garante diretor

Segundo o diretor do hospital, Rui Dias, a funcionária que foi imobilizada no dia fuga e pode mudar tanto de setor como de escala todo final de mês, basta fazer acordo com a coordenação de enfermagem. Explicou ainda que, atualmente, três seguranças terceirizados monitoram o local, em cada turno, enviados pela Sejap. Ele afirma que a quantidade é suficiente para atender a demanda existente de pacientes atual e possibilitou a manutenção da rotina de revistas, visitas e realização de atividades terapêuticas. O diretor confirmou que, tanto os funcionários de saúde como os de segurança têm contato direto com os pacientes e o porte da arma é de responsabilidade da empresa de segurança e seu uso também. Ele explica que os critérios para receber pacientes portadores de transtornos mentais e usuários de drogas são os que têm estas ca-

racterísticas. "O hospital está permanecendo com pacientes presos ou em cumprimento de medida de segurança encaminhados pela Justiça porque as clínicas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) não aceitam atender esta clientela", justificou o diretor. Lembrou ainda que a unidade de saúde passa por reforma que inclui melhorias em toda estrutura física, inclusive na ala masculina de presos de justica.



POSITIVA - CM.: 36 (18 x 2 col)
JUÍZA INSPECIONA DELEGACIAS DE ROSÁRIO E BACABEIRA

PRECARIEDADE



Juíza Rosângela Prazeres durante vistoria nas celas da delegacia de Rosário

Juíza inspeciona delegacias de Rosário e Bacabeira

Em inspeção de rotina, a juíza titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, Rosângela Prazeres, esteve na manhã de ontem, nas Delegacias de Bacabeira e Rosário. Mais uma vez, constatou a precariedade das instalações da Delegacia de Bacabeira e péssimas condições de higiene, a que estão submetidos os presos da Região do Munim.

Na Delegacia de Bacabeira, existem duas celas destinadas aos homens e uma para as mulheres. No DP, no total, há 11 presos atualmente.

Durante a inspeção, a juíza tomou conhecimento de que a presa de Justiça da Comarca de São Luis, já condenada e que fora transferida desde 2012 para a Delegacia de Bacabeira por medida de segurança, apresentava muitas dores no corpo e se queixava de não conseguir sequer andar ou ingerir qualquer tipo de comida. De imediato, a juíza Rosângela Prazeres determinou que a presa fosse levada ao Hospital Socorrão II para consulta e internação.

Rosário

A Delegacia Regional de Rosário, por sua vez, mantém, atualmente, 43 presos, provisórios e definitivos, sendo que 80% são de outras comarcas, como Barreirinhas, Icatu, Humberto de Campos, Presidente Jucelino e Santa Rita.

Nas duas visitas, a juíza Rosângela Prazeres conversou com os presos, ouvindo suas reclamações, computando o tempo de prisão de cada um para análise de eventual benefício e ao final, se reuniu com o delegado Davi Fuller para corrigir o horário de visitas e discutir sobre as providências a serem adotadas para melhorar as condições de higiene dos presos. JUÍZA INSPECIONA DELEGACIAS DO ROSÁRIO E BACABEIRA



Precariedade

Juíza inspeciona delegacias de Rosário e Bacabeira

Em inspeção de rotina, a juíza titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, Rosângela Prazeres, esteve na manhã desta segunda-feira (14), nas Delegacias de Bacabeira e Rosário. Mais uma vez, constatou a precariedade das instalações da Delegacia de Bacabeira e péssimas condições de higiene a que estão submetidos os presos da Região do Munim.

Na Delegacia de Bacabeira, existem duas celas destinadas aos homens e uma para as mulheres. Lá, no total, há 11 presos atualmente.

Durante a inspeção, a juíza tomou conhecimento de que a presa de Justiça da Comarca de São Luis, já condenada e que fora transferida



Edmar Cutrim frisou que os gestores têm que ficar atentos ao prazo de envio de informações

desde 2012 para a Delegacia de Bacabeira por medida de segurança, apresentava muitas dores no corpo e se queixava de não conseguir sequer andar ou ingerir qualquer tipo de comida. De imediato, a juíza Rosângela Prazeres determinou que a presa fosse levada ao Hospital Socorrão II para consulta e internação.

Rosário – A Delegacia Regional de Rosário, por sua vez, mantém, atualmente, 43 presos, provisórios e definitivos, sendo que 80% são de outras comarcas, como Barreirinhas, Icatu, Humberto de Campos, Presidente Jucelino e Santa Rita.

Nas duas visitas, a juíza Rosângela Prazeres conversou com os presos, ouvindo suas reclamações, computando o tempo de prisão de cada um para análise de eventual benefício e ao final, se reuniu com o delegado Davi Fuller para corrigir o horário de visitas e discutir sobre as providências a serem adotadas para melhorar as condições de higiene dos presos.



1º CADERNO - ATOS, FATOS E BARATOS - PAG.: 02

POSITIVA - CM.: 26 (13 x 2 col)

PASSAGEM FRANCA ABRE SELEÇÃO PARA PROJETOS A SEREM CUSTEADOS COM RECURSOS DE

PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS

Passagem Franca abre seleção para projetos a serem custeados com recursos de prestações pecuniárias

A Comarca de Passagem Franca dá início, nesta tercafeira (15), ao "processo de seleção de projetos a serem custeados com recursos financeiros arrecadados com as prestações pecuniárias, sursis, suspensão condicional do processo ou transação penal". A medida consta de edital assinado pelo titular da comarca, juiz David Mourão Guimarães de Morais Meneses.

O prazo para a inscrição dos projetos se encerra no próximo dia 31. Os projetos devem ser entregues na sede do Fórum de Passagem Franca (Rua Joaquim Távora, s/n, Centro), de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, ou enviados pelos Correios, "desde que chegue ao seu destino dentro do prazo mencionado", diz o

Reputação ilibada – Segundo o documento (Edital 01/2013), podem se inscrever entidades públicas ou privadas com comprovada finalidade social e sem fins lucrativos, constituídas há pelo menos um ano e dirigidas por pessoas com reputação ilibada.

Prêmios – Nas palavras do juiz, antes da legislação a própria comarca encabeçava o projeto. "Desde que cheguei aqui (Passagem Franca) assumi projetos sociais com valores oriundos de prestações pecuniárias. Agora, é necessário o edital convocando as entidades", explica David, ressaltando a aquisição de computadores e concursos de redação cujos prêmios eram custeados com as verbas referidas.

O juiz afirma que são mais de R\$ 10 mil em caixa para serem revertidos para as fundações cujos projetos forem aprovados. O dinheiro está depositado em conta judicial aberta desde outubro e que atende ao determinado na resolução do CNJ. O resultado da seleção será divulgado no site do Poder Judiciário do Maranhão, na página da Corregedoria Geral da Justiça, até o dia 10 de fevereiro.



15/01/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - POLITICA - INFORME JP - PAG.: 03 POSITIVA - CM.: 5 (5 x 1 col) CORREIÇÃO

■ Correição

A Comarca de Barreirinhas passará por uma Correição Extraordinária, no período de 21 a 25 de janeiro. Os trabalhos serão iniciados na próxima segundafeira, às 14h, na sala de audiências do fórum.

O prazo pode ser prorrogado caso os trabalhos não sejam finalizados até a data prevista. A medida é objeto da Portaria nº 01/2013, editada pelo titular da unidade, juiz Artur Gustavo Azevedo do Nascimento, que presidirá a correição.

Durante os trabalhos, ficarão suspensos os prazos processuais, bem como todas as audiências designadas para o período.



15/01/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ESTADO - PAG.: CAPA POSITIVA - CM.: 20 (10 x 2 col)

JUÍZA INSPECIONA DELEGACIAS DE ROSÁRIO E BACABEIRA



A juíza Rosângela Prazeres conversa com presos em delegacias

Juíza inspeciona delegacias de Rosário e Bacabeira

Em inspeção de rotina, a juíza titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, Rosângela Prazeres, esteve na manhã de ontem (14), nas delegacias de Bacabeira e Rosário. Mais uma vez, constatou a precariedade das instalações do DP de Bacabeira e péssimas condições de higiene a que estão submetidos os presos da Região do Munim.

PÁGINA 9



15/01/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ESTADO - PAG.: 09 POSITIVA - CM.: 40 (10 x 4 col)

JUÍZA INSPECIONA DELEGACIAS DE ROSÁRIO E BACABEIRA

Juíza inspeciona delegacias de Rosário e Bacabeira

Em inspeção de rotina, a juíza titular da 1ª Vara da Comarca de Rosário, Rosângela Prazeres, esteve na manhã de ontem (14), nas delegacias de Bacabeira e Rosário. Mais uma vez constatou a precariedade das instalações do Distrito Policial de Bacabeira e péssimas condições de higiene a que estão submetidos os presos da Região do Munim.

No DP de Bacabeira, existem duas celas destinadas aos homens e uma para as mulheres. Lá, no total, há 11 presos atualmente.

total, há 11 presos atualmente.

Durante a inspeção, a juíza tomou conhecimento de que a presa de Justiça da Comarca de São Luís, já condenada e que fora transferida desde 2012 para a Delegacia de Bacabeira por medida de segurança, apresentava



Juíza conversa com mulher presa na delegacia de Bacabeira

muitas dores no corpo e se queixava de não conseguir sequer andar ou ingerir qualquer tipo de comida. De imediato, a juíza Rosângela Prazeres determinou que a presa fosse levada ao Hospital Socorrão II para consulta e internação.

Rosário – A Delegacia Regional de Rosário, por sua vez, mantém, atualmente, 43 presos, provisórios e definitivos, sendo que 80% são de outras comarcas, como Barreirinhas, Icatu, Humberto de Campos, Presidente Jucelino e Santa Rita.

Nas duas visitas, a juíza Rosângela Prazeres conversou com os presos, ouvindo suas reclamações, computando o tempo de prisão de cada um para análise de eventual benefício e ao final, se reuniu com o delegado Davi Fuller para corrigir o horário de visitas e discutir sobre as providências a serem adotadas para melhorar as condições de higiene dos presos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDÆI

15/01/2013 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ESTADO - PAG.: 09 POSITIVA - CM.: 24 (6 x 4 col)

JUIZ DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE INSPECIONA DOMICÍLIO NA VILA CAFETEIRA

IMPERATRIZ

Juiz da Vara da Infância e Juventude inspeciona domicílio na Vila Cafeteira

O juiz titular da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, Delvan Tavares Oliveira, inspecionou um domicílio, na quinta-feira (10), no Bairro Vila Cafeteira, após denúncia de negligência e maustratos contra seis crianças. O magistrado esteve no local acompanhado de uma equipe formada por comissários de justiça, psicóloga, assistente social e assessor.

A inspeção foi motivada por um relatório enviado por conselheiros tutelares de Imperatriz à Vara da Infância e Juventude em que eles denunciavam os pais das crianças por negligência e maustratos.

Ao chegar à residência, o juiz entrevistou o dono da casa e pediu para conhecer o local. Ele constatou que havia roupas espalhadas, colchões sujos e mau cheiro no ambiente. Além disso, as crianças estavam sujas e descalças, e o pai aparentava ter consumido bebida alcoólica.

Após averiguar as irregularidades, o juiz recomendou ao dono da casa que melhorasse as condições higiênicas do domicílio e se comprometeu em viabilizar a doação de uma cama e de um colchão para o casal. Por último, a equipe foi ao Centro de Referência de Assistência Social do bairro para solicitar um acompanhamento para a família.

Segundo o magistrado, a ação

foi importante para orientá-lo quanto à decisão a ser tomada. "Tive o cuidado de ir pessoalmente visitar a casa e não somente mandar a psicóloga e a assistente. Talvez se eu não fosse lá não teria a convicção necessária para a minha próxima decisão. Paralelamente às medidas de proteção, vamos tentar inserir essa família em programas assistenciais, orientá-los e eventualmente suprir alguma necessidade material", declara.